

PT e PDT ameaçam obstruir votações para incluir salário mínimo de US\$ 100 na pauta

por Adriana Vasconcelos
de Brasília



José Fortunatti

O primeiro dia de esforço concentrado do Congresso Nacional não contou com a presença dos presidentes da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL/PE), e do Senado, Humberto Lucena (PMDB/PB), que chegaram a Brasília só no início da noite de ontem. Mas o quórum não deverá ser problema para as votações previstas para os próximos dois dias e sim o PT e PDT que prometem obstruir os trabalhos, se o projeto que fixa em US\$ 100 o novo salário mínimo - do deputado Paulo Paim (PT/RS) - não for incluído na pauta do Legislativo. Os dois partidos ainda pretendem exigir votação nominal para a proposta orçamentária da União deste ano.

A quatro meses do final do ano, a proposta orçamentária de 1994 corre o risco de ter sua votação adiada mais uma vez. O relator-geral da matéria, deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP), sequer apresentou seu parecer. Na reunião hoje do colégio de líderes da Câmara e do Senado, o PT e o PDT devem defender a votação nominal do projeto. "Não aceitaremos votar por acordo, como nos anos anteriores. Não podemos fazer isso, depois de tudo que a CPI do Orçamento apurou. Cada um terá de se responsabilizar pelo que está votando", destacou ontem o líder petista, deputado José Fortunatti (RS).

O PT está disposto até mesmo a reivindicar a relatoria em plenário da proposta orçamentária, diante da falta de um substitutivo ao projeto do Executivo. Barbieri divulgou ontem uma nota confirmando sua impossibilidade de apresentar um relatório final oficial em razão da não votação, na comissão de orçamento, dos relatórios parciais. Fortunatti garante que o PT, com a relatoria do orçamento, apresentaria um parecer em uma semana, no máximo.

A proposta do líder do governo, senador Pedro Simon (PMDB/RS), para que o orçamento deste ano seja

aprovado sem emendas, não está tendo boa aceitação no Congresso. "Não concordo com isso. Afinal, só resolveríamos o problema do Executivo, que é o principal culpado do atraso na votação", ponderava ontem o deputado Miro Teixeira (PDT/RJ). O líder do PMDB, deputado Tarcísio Delgado (MG), é outro que é contrário à sugestão de Simon: "Apesar de estarmos a quatro meses do final do ano, as emendas do Legislativo fazem diferença".

O projeto de lei que trata do novo valor do salário mínimo é outro assunto que pode provocar polêmica na reunião de líderes da Câmara e do Senado, que definirá ainda hoje a pauta do esforço concentrado. Dois projetos tramitam atualmente no Congresso: um do Executivo, que define um mínimo de US\$ 70, e outro do deputado Paim, aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara, que fixa em US\$ 100 o menor salário do trabalhador. Se o assunto não for incluído na pauta desta semana, os partidos de esquerda prometem obstruir os trabalhos.

O PT e o PDT também planejam bater duro em qualquer iniciativa do Legislativo de estender para seus funcionários os reajustes concedidos, a título de isonomia salarial, ao funcionalismo público federal civil e militar. Inocêncio Oliveira encomendou a sua equipe de assessores um parecer técnico sobre a medida provisória da isonomia, que deverá nortear uma decisão da Casa sobre a extensão ou não do aumento ao Legislativo.